

Crítica da educação

* 3 DE JUNHO
Simpósio considera proposta de lei uma distorção

Corporativa, utópica e detalhista foram os adjetivos atribuídos pelo Ministério da Educação ao texto da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em tramitação no Congresso, há mais de dois anos. O tema está em discussão num simpósio nacional, reunindo educadores e políticos, aberto ontem no Hotel Glória e que termina amanhã. Pela primeira vez, o MEC tornou pública sua opinião sobre o texto, que foi elaborado na legislatura passada, reunindo sugestões de diversas entidades educacionais, professores e políticos, e acabou recebendo mais de 1.200 emendas da nova bancada da Câmara, empossada este ano.

A secretária nacional de Ensino Superior do MEC, Eunice Durham, que abriu o simpósio em substituição ao ministro José Goldemberg (que está viajando com o presidente Fernando Collor), elogiou o fato de o anteprojeto da LDB ter sido fruto de "participação direta das entidades da sociedade civil, sem a intermediação dos partidos políticos", mas teceu duras críticas à nova versão. "A LDB estabelece um conjunto de obrigações inteiramente inviáveis a curto prazo", diz Eunice.

Prioridades — Eunice Dur-

ham entende que o texto distorce o papel que deve ter a lei, ao dar prioridade não só ao ensino fundamental mas, igualmente, à educação de excepcionais e de populações indígenas, à educação supletiva e à formação profissional. "Ante a descrença no poder público para resolver os problemas, o texto se torna detalhista e se acaba regulamentando o que se quer existe ainda no país, como a utilização de novas tecnologias educacionais", analisa Eunice. "Não tenho objeções ao que é ideal, e sim à pretensão de se querer fazer tudo simultaneamente. Isso impede que se faça o essencial", diz, ela, reivindicando maior participação do MEC na elaboração da nova LDB.

Quase todos os debatedores neste primeiro dia do simpósio, como o reitor do Colégio São Bento, Dom Lourenço de Almeida Prado, e a ex-ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, compartilharam da opinião de Eunice Durham. "A LDB certamente não é essa que está no Congresso", diz o professor Carlos Alberto Serpa, presidente da Fundação Cesgranrio, uma das entidades que organizaram o evento, junto com as associações brasileira e internacional de Educação e a Academia Nacional de Educação. Serpa condena, principalmente, o item da LDB que propõe a extinção do Conselho Federal de Educação e sua substituição por um Conselho Nacional de Educação.